



19231298



08018.046246/2022-64



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Plenário do Comitê Nacional para os Refugiados

ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS – CONARE

Observação: os colchetes – [...] – indicam que informações foram alteradas ou retiradas da ata original, com o objetivo de assegurar o sigilo de informações que poderiam levar à identificação de refugiados ou de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, às 09:30 horas, na sala 304, do Edifício Sede deste Ministério, foi realizada a 58ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional para Refugiados, sob a presidência do **Sr. Rafael Thomaz Favetti**, Presidente do CONARE. Verificado o quórum, nos termos do artigo sexto do regimento, o **Sr. Rafael Thomaz Favetti** iniciou a reunião, agradeceu a presença de todos e apresentou os pontos de pauta, a saber:

1. Questões dos Palestinos.
2. Relato da Missão de Genebra.
3. Solicitação do ponto de pauta Cáritas/SP.
4. Análise de casos de solicitação de refúgio.
5. Assuntos Gerais.

Fez uma breve menção ao dia 18, dia internacional do migrante e explicou ao plenário que era uma homenagem ao dia em que se assinou a Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros de suas famílias, em 1990. Informou sobre uma publicação lançada em homenagem a esse dia, intitulada: Das contribuições para a construção de Políticas Públicas voltadas à migração para o trabalho. Distribuiu seis exemplares ao plenário, e se comprometeu a enviar via postal aos membros do CONARE. A **Irmã Rosita Milesi**, representante do IMDH, comunicou que em relação a publicações, em parceria com a ACNUR, acabaram de lançar o Caderno de Debates número quatro, avisou que seria distribuído também.

O **Sr. Rafael Thomaz Favetti** fez uma inversão na pauta, e iniciou os trabalhos pela análise dos casos, ressaltou que eram poucos onde imperavam divergências, mas pelo fato de terem sido apresentados em regiões longínquas ao acordo dos trinta e um, havia 18 coincidências para discutirem. Bolívia: caso número um [...], acatou a negatividade para depois o solicitante requerer o acordo de residência; Colômbia: casos nos números dois, três, cinco e seis eram coincidentes, positivo; caso o número

quatro [...], negado o status de refugiado; caso número cinco [...], retirado de pauta, ficou aguardando parecer da Polícia Federal; Cuba: caso sete [...] aceitou o consenso ficou sobrestado e retirado de pauta para aguardar a decisão sobre o pedido de anistia; caso oito [...], natural de Cuba, refúgio negado; caso número nove, [...], negado o refúgio; caso número dez, [...], natural do Município de Saint Espíritus, negado o pedido de refúgio; no número 11, coincidência pela negatividade; Guiné Bissau: concordância pela negatividade de ambos os pareceres; Iraque: caso número 13, coincidência pela positividade de ambos os pareceres; Jamaica: caso 14 [...] nasceu em Kingston, capital da Jamaica, negado o status de refugiado; Libéria: [...] nasceu em Monróvia, capital da Libéria, refúgio negado; Nigéria: caso número 16 coincidência pela negatividade; Paquistão: o caso número 17 coincidência pela negatividade; República Centro Africano: número 18 [...], nasceu na capital Bangui, grave e generalizada violação de direitos humanos, concedido o refúgio; caso [...], tratava-se de um refugiado já reconhecido que por causa de uma má informação, correu o risco de perder sua condição, a questão não comprometeu a condição de refugiado; Rússia: O [...] foi negado o refúgio; República Democrática do Congo: número 20 coincidência pela positividade; número 21 coincidência pela positividade; número 22, [...], nascido em Kinshasa, refúgio concedido; número 23 coincidência pela positividade; número 24 coincidência pela positividade; número 25 [...], natural de Muora Bas-Kwango, resolveu entrevistar novamente; número 26 coincidência pela positividade; número 27 coincidência pela positividade; número 28 [...], refúgio não concedido; Serra Leoa: número 29 coincidência pela negatividade; Sudão: número 30 coincidência pela positividade; Zimbábue número 31 coincidência pela positividade; e o número 32 a pedido da Irmã Rosita Milesi, foi retirado de pauta; o Sudão, Zimbábue foram positivos e a Turquia, retirado de pauta; Guiné Bissau, seria relatado pelo Conselheiro Quito que não pôde comparecer, foi retirado de pauta.

Deste modo, passou para outro item da pauta e o **Sr. Renato Zerbini Ribeiro Leão**, contemplou os casos de reunião familiar, colocou que eram duas situações especiais, a primeira delas, o **Padre Ubaldo Steri**, representante da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, solicitou a possibilidade de incluir na discussão o caso da senhora [...] nacional do Kosovo de origem albanesa de 84 anos de idade, com vistas de encaminhamento ao CNIG por questões humanitárias. Era solicitante de refúgio, mas não preencheu as condições. Relatou que vivia sozinha em Mitrovika no Kosovo, não pôde fugir da guerra civil e junto com um de seus filhos por motivos de saúde e o CONARE propôs o encaminhamento do caso da solicitante em tela ao Conselho Nacional de Imigração conforme dispõe a Resolução do Artigo número três de 27 de março de 2007. O processo foi enviado ao CNIG, havendo consenso no plenário. Deste modo, o **Sr. Renato Zerbini Ribeiro Leão** expôs sobre o reassentamento, uma composição familiar do caso [...], reiterou que os refugiados chegaram ao Brasil no dia 10 de dezembro e foi apresentado e decidido na reunião plenária de 30 de outubro, só vieram o casal e o bebê sem os dois filhos de cinco e quatro anos que viriam também. Já estavam reassentados no Rio Grande do Norte. O **Sr. Rafael Thomaz Favetti** questionou também sobre o caso em que foi solicitado avaliação como Flashtrack e acabou não sendo. Nesse caso não foi aprovada a situação de urgência, e foi decidido que seria referido pelo procedimento normal. Comunicou isso para os colegas da Costa Rica que aceitaram a alternativa. Passou então, ao caso de reunião familiar da RDC. Constatou-se que a solicitante não apresentou documento certificando matrimônio, foi chamada durante a solicitação de refúgio e nas entrevistas a mesma declarou ser casada com o senhor [...] com quem possuía um filho com nome [...], e de acordo com o consenso do plenário concedeu a reunião familiar.

Deste modo, passou para outro item da pauta e o **Sr. Renato Zerbini Ribeiro Leão** explicou que um dos pontos específicos, era a questão dos palestinos, dividiu em dois momentos, a saber: a comunicação de que com relação aquele primeiro grupo de manifestantes do último ano, o acordo foi homologado, assim finalizou o primeiro grupo. Mas eis que apareceu um novo grupo de Venâncio Aires que estavam acampados ao lado da mesquita da Asa Norte. Esse novo grupo, com dez pessoas, reivindicou pedido de reassentamento para outro país uma vez que finalizou a assistência de dois anos e alegavam não ter condições de levar adiante, ainda teriam ingressado com ação na justiça e sim com uma carta. Em seguida, o **Sr. Ricardo Martins Rizzo**, representante do Ministério das

Relações Exteriores, fez um breve relato da reunião ocorrida no começo da semana passada que foi um pedido do embaixador Sr. Ibrahim Al-Zeben que era o delegado especial da Palestina no Brasil. Da parte do Comitê havia três pendências com relação a medidas que o ACNUR poderia tomar e que o MRE se comprometeu a impulsionar na medida do possível. A primeira é a confirmação de que em 2010 haverá a extensão da assistência financeira a casos considerados pelo ACNUR no Brasil como vulneráveis; haveria a negociação para que essa assistência fosse continuada em 2010 de acordo com as possibilidades orçamentárias do ACNUR em discussão em Genebra de estender por mais um ano também atividades de estímulo, ações de geração de renda; e uma terceira pendência era com relação ao grupo que estava em Brasília a mais tempo, foi oferecido formalmente a possibilidade de transferência para um campo de refugiados na Síria, mas isso dependeria ainda da decisão e autorização do Governo Sírio. Então o MRE propôs instruir a delegação do Brasil em Genebra para juntamente com a delegação de Palestina reforçar por meio de gestão ao alto comissariado a importância que o Brasil atribuiu a uma definição dessas três situações: continuação da assistência a vulneráveis. O embaixador da Palestina aventou a possibilidade de que o Iraque poderia acolher alguns refugiados insatisfeitos na região do Curdistão. A posição do MRE era a de tomar qualquer tipo de medida que favorecesse aqueles que queriam deixar o país, a deixar. Ventilou a ideia de convocar no começo de janeiro uma reunião de CONARE ampliado com os parceiros, também com representantes das prefeituras das cidades de acolhida. A **Sra. Eva Demant**, representante do ACNUR, situou um pouco as análises e entendeu que seria trabalhar em dois lugares no Brasil onde estavam os reassentados e os refugiados palestinos que estavam em Mogi das Cruzes em São Paulo e também em Rio Grande do Sul. Contratou uma economista no mês de novembro para fazer uma análise do contexto sócio-econômico, político de Mogi das Cruzes e para ver como injetar os refugiados nesta realidade sócio-econômica. Dos três pontos mencionados já tinha preparados e remetidos todos para Genebra os pressupostos para o plano para os vulneráveis, ademais a extensão das atividades econômicas para 2010 e o que estavam esperando era uma resposta positiva. O terceiro ponto dizia respeito aos refugiados palestinos que protestavam em Brasília, e dois acampamentos de refugiados um na Síria e o outro na fronteira entre Iraque e Síria. Em seguida, o **Padre Ubaldo Steri** disse que não poderia ser feita uma reunião que tratasse do refúgio em geral, não misturar os dois, e não tratar de palestinos simplesmente, mas de reassentamento, porque era um programa único, antes de fazer uma reunião com outros agentes ou atores, tinha que chegar a uma definição do papel de cada um dos agentes, o papel de cada um é diferente.

Deste modo, o **Sr. Rafael Thomaz Favetti** colocou duas propostas, a saber: no ano que vem marcar na data mais próxima que for possível uma reunião envolvendo os parceiros ou uma oficina de trabalho, para discutir especificamente o tema do reassentamento, fazer um balanço também do que foi feito e a partir daí teriam uma situação de mais conhecimento e de melhor atuação no que se refere ao tema. Outra proposta que anteriormente a isso ter uma reunião interna, antes de fazer uma reunião aberta, com a participação de várias outras entidades, talvez do próprio CONARE, de quem atua no CONARE e mais uma reunião específica sobre reassentamento, discutindo o papel de cada entidade e vendo de que forma cada órgão que acompanha o CONARE atua na questão do reassentamento. Reiterou que fazer uma reunião focada num determinado tema era possível para traçar estratégias, ter uma percepção melhor do que estava acontecendo em relação ao que cada uma das entidades que compõem o CONARE tinha na atuação. Deste modo, o **Sr. Renato Zerbini Ribeiro Leão** sugeriu que uma vez tendo confirmado toda a extensão de 2010 para os vulneráveis, a possibilidade de se criar um programa de gestão de renda para aqueles que não pudessem oferecer a possibilidade dessa audiência, porque estava sendo solicitada para que resolvam a questão de seu pedido de reassentamento para outro país que é uma coisa impossível de ser atendida porque não podem interferir na soberania de outro país para que os acolha.

Em seguida, o **Sr. Rafael Thomaz Favetti** disse que tiveram um debate muito importante, agradeceu as manifestações de todos, e tinha uma situação que estava sendo resolvida pelo próprio ACNUR em termo de transição entre uma ajuda que se encerrava no dia 31 de dezembro, mas se previa a

possibilidade de continuar essa ajuda, àquelas pessoas que precisam efetivamente e não a outras que poderiam estar numa situação de mais integração no nosso país. Passou a outro item da pauta e o **Sr. Renato Zerbini Ribeiro Leão** explicou que a missão à Genebra circunscreveu-se ao âmbito de participação nos diálogos com o alto Comissário das Nações Unidas para os refugiados que este ano foi dedicado à questão dos refugiados urbanos. O **Sr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto** foi convidado a co-presidir um dos grupos de trabalho, trataram as questões mais amplas dos refugiados no meio urbano, os desastres ambientais, a violência econômica e ambos não eram fatores capazes de ensejar o refúgio, mas eram fatores que no meio da apreciação acerca do fundado temor de perseguição individual podiam contribuir mediante uma engenharia jurídica, o grande problema era se buscar alterar a convenção de cinquenta e um para abarcar esses dois pontos.

Ademais, membros que questionadas junto à alta direção do ACNUR em Genebra, os mesmos três pontos levantados pelo MRE naquela reunião com relação aos palestinos, outros pontos de fortalecimento do trabalho tripartite no Brasil, mais uma vez foi corroborado pela alta diretiva do ACNUR em Genebra de que a maioria desses pontos estavam sendo trabalhados de maneira muito sensível e as respostas viriam em um curto espaço de tempo. E também comunicar à Irmã Rosita que foram entregues os cadernos. De modo que o relato da missão à Genebra tinha essa dimensão de esperanças positivas no que tangia ao tema substantivo e também no que tangia as questões que foram debatidas naquele dia e indicar as soluções possíveis. No dia dois de dezembro recebeu uma comunicação assinada pelo Padre Ubaldo Steri e no dia 30 de novembro uma equipe de sete pessoas responsáveis pelo programa nestes cinco anos foi colocada em aviso prévio e seria desligada da Cáritas brasileira no dia 22 de dezembro, não foi comunicada uma decisão que garantisse a continuidade do programa, aguardando uma proposta da Cáritas Brasileira de um projeto e de um convênio diferente do que estava sendo desenvolvido.

A **Sra. Eva Demant** pediu da parte do ACNUR esclarecer alguns pontos. Depois falou também do programa de reassentamento internamente da importância que tem para todo o trabalho com refugiados no Brasil, pediu uma proposta por escrito do que queria propor a Cáritas brasileira como é o modelo. Como não receberam uma proposta no transcurso de algumas semanas poderiam escrever a Cáritas pedindo que desse uma proposta. Receberam uma proposta em nove de dezembro e propuseram a Cáritas brasileira a extensão do projeto por três meses para que tivesse tempo em 2010 para ver qualquer programa que eram propostos. Deste modo, o **Sr. Rafael Thomaz Favetti** disse que a preocupação em relação às questões trazidas pelo Padre Ubaldo Steri era no sentido de que os refugiados que estavam acolhidos que não ficassem desassistidos que não houvesse prejuízos para a assistência a estes refugiados. Então, o CONARE já fez uma gestão no sentido de que não houvesse interrupção desse serviço ou de postergação desse contrato por mais três meses. E pediu à Coordenação-Geral do CONARE que mantivesse acompanhamento dessa situação, mantivesse contato com as partes que estavam nesse processo para que eventualmente e se for necessária alguma ação do CONARE, esteja preparado para adotar. Em seguida, o **Sr. Renato Zerbini Ribeiro Leão** disse que algumas dimensões possíveis da resposta, o impacto era que todo o acordo girava em torno da Cáritas Regional, assim, não havia outro ator em Mogi das Cruzes que não fosse a Cáritas Regional que daria atenção aos refugiados reassentados, tanto palestinos como também colombianos. Deste modo, o **Sr. Rafael Thomaz Favetti** reiterou necessidade de acompanhar de perto o desdobramento dessa situação visando fundamentalmente que os refugiados não tenham nenhum tipo de prejuízo em razão de uma eventual mudança amanhã ou depois nos procedimentos, nos processos de atenção. Lembrou que serão dez reuniões no ano de 2010, tinha uma regularidade, um número maior de reuniões, e que eram assuntos que tinham demandado bastante atenção de todos. Nada mais havendo o **Sr. Rafael Thomaz Favetti**, agradecendo a presença dos participantes, declarou encerrada a reunião.